



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CONEPIR/MG.**ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CONEPIR EM 30 DE JUNHO DE 2021.****CONDUÇÃO ADJANIR SILVA**

Aos trinta dias do mês de junho de 2021, às 14h00min, em ambiente virtual através do link de acesso <https://us02web.zoom.us/j/86379164685?pwd=MmMzY2JVeKcvUEIWMnhBTHV6U1hOUT09> o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, doravante identificado CONEPIR/MG, em Plenária Ordinária, reúnem-se os conselheiros (as): Adjanir Silva pelo Movimento Unificado Negro de Divinópolis – MUNDI; Audenon Batista dos Santos pela Notória atuação na pauta indígena; Clever Alves Machado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE; Amanda Pinheiro Campos pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Diane D'arc de Sousa pela Associação De Resistência Cultural Da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango – MANZO; Ellen Alves Oliveira pela Secretaria de Estado e Cultura e Turismo – SECULT; Elzelina Dóris dos Santos pela Secretaria de Estado de Educação – SEE; Arthur Henrique Soares Sales Duarte pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE/SUBESP; Jaime Eduardo Cohen Aronis pelo Instituto Histórico Israelita Mineiro – IHIM; Fábio César Araújo Costa pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP; Lúcia de Fátima Bento pela Associação Cultural Afro-Brasileira Betim Cor Brazil; Rosa Maria dos Santos pela Secretaria de Estado de Saúde – SES; Rafael Vicente Corrêa Lucas pelo Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileiro – CENARAB; Simone Aparecida do Nascimento pela Associação dos Moradores do Aglomerado Cabana – ASMAC; Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas pela Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa do Povo Cigano – AECDDPC; e o Secretário Executivo do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial Uéverson Luiz Melato de Moraes. **Convidados:** Daniela Souza Lima Campos – Diretora de Promoção à Saúde, Diretoria à qual está ligada a Coordenação de Saúde Indígena e Políticas de Promoção da Equidade em Saúde, Luísa Azeredo Silveira pela Secretaria de Estado de Saúde e Irai Maria de Campos Teixeira – Enfermeira, com Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2008). Mestre (2012) e Doutora (2016) em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Atualmente, é Professora Adjunta do Departamento de Metodologia de Ensino - DME da UFSCar. **Participantes:** Carla Paiva representante convidada pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG; Petrina Avelar professora da Universidade do Estado de Minas Gerais campus Divinópolis; Cleber Souza pela Coordenadoria Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CEPIR/SEDESE. **I – Verificação do quórum:** Às 14h13min o condutor desta reunião Adjanir Silva - MUNDI e o secretariado executivo verificam o quórum. Havendo número regimental suficiente considerando as cadeiras regulares, dá início à plenária às 14h14min. **II – Apresentação de justificativa de conselheiros ausentes:** Não houve justificativa de ausência. **III. Aprovação da Ata:** A ata da reunião plenária de maio foi aprovada em formulário eletrônico. **IV – Aprovação da pauta:** (1) Política Estadual de Saúde Integral da População Negra; (2) Diagnóstico do Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - PLANEPIR. Considera aprovadas as pautas do dia de forma unânime e abre-se a sessão plenária. **V – Discussão das Pautas:** Primeira pauta - Política Estadual de Saúde Integral da População Negra: **1 Adjanir Silva (MUNDI)** dá as boas-vindas a todos. **2. Daniela Campos (SES)** solicitou a inversão da ordem da pauta, para iniciar pela fala da Secretaria de Estado da Saúde, devido a

atendimentos de demandas sobre o processo de vacinação contra COVID-19. Iniciou a fala apresentando que a Luisa, coordenadora de saúde indígena e Políticas de Equidades e a Rosa referência e representante da SES no CONEPIR. Apresentou a organização da Diretoria de Promoção à Saúde. Iniciou explicando o papel de sua Diretoria na Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, como desempenhar o papel de cuidar da saúde indígena e das políticas de equidade, onde fazem essas articulações, e que irão efetuar uma apresentação breve sobre a temática. Disse que para desenvolver as políticas de equidade, elas trabalham com comitê técnico para que elas sejam regionalizadas respeitando todas as etnias, e todas as especificidades que se tem hoje dentro do estado, nas políticas de especificidade. Uma delas, se tem a população negra, pelo qual se iniciou um trabalho através de um grupo de trabalho, de implementação da política dentro do estado, desde 2017, onde as atribuições elencadas estavam à construção coletiva da política de saúde integral da população negra. Esse processo foi trabalhado coletivamente através de três oficinas para captar, consolidar o instrumento para publicar e fazer a política estadual. Dessas três oficinas, pode-se fazer o processo em 2019 e 2020. Na quarta oficina foi feito o processo de validação, incluindo os conselhos, Regional de Serviço Social, Regional de Psicologia, e outras categorias. Nesse momento estão em andamento as ações dessa política. Explica ainda que não foi publicada, estando ela em finalização, pelo qual ainda estará sendo retornada para efetivar o produto que se iniciou com as outras áreas, para ver como vai se adequar o produto. Hoje, não se tem um produto para se apresentar dessa política, porque ainda será efetivada. **3. Daniela Campos (SES)** perguntou a Luiza Silveira (SES) se ela gostaria de complementar sua explicação. **4. Rosa Maria (SES)** ressalta que a construção da Política Estadual de Saúde da População Negra, Quilombola e de Pessoa com Doença Falciforme foi construída em consonância a Política Nacional de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde, mas tendo como referencial a subjetividade da população negra de Minas Gerais. **5. Luíza Silveira (SES)** completou que em 2019, foi realizada a primeira oficina para se ter uma ideia da política que se encerrou o ano de 2019 com mais duas oficinas com integrantes do comitê da saúde da população negra dos municípios e representantes também do CONEPIR – MG. Após foi realizado uma oficina com parceiros externos com a presença de algumas pessoas de Universidades, alguns serviços como conselhos, posteriormente sendo consolidada esta proposta no final do ano passado com o Comitê da População Negra. Segundo a Luíza, conforme a fala da Daniela há um alinhamento final em andamento junto do processo de elaboração junto às outras áreas técnicas. Foram identificadas as necessidades de aprimoramentos de algumas discussões da política. A intenção é que esse ano possa retomar, fechar as questões e dar encaminhamentos na Secretaria de Estado de Saúde. Complementou que não conseguiram chamar o Comitê esse ano, em decorrência dos impactos da pandemia, no cenário da onda verde onde direcionou toda equipe de trabalho para a vacinação de indígenas e quilombolas. E que a política estadual está no radar para poder retomar, e falou que se houvesse alguma dúvida, alguma consideração, estariam ali à disposição. **6. Daniela Campos (SES)** acrescentou que a política em que elas trabalham, foi construída em consonância com a Política Nacional. Disponibilizou para dúvidas e questionamentos. Daniela e Luisa solicitaram licença para se ausentar, ficando a SES representada pela Rosa (com registro no chat). **7. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** perguntou ao pleno caso alguém tinha algum questionamento, e que por falta de manifestação anunciou que estava passando a palavra para a Dra. Iraí Teixeira. Saudou a Dra. Iraí Teixeira desejando-a uma boa tarde, convidando-a a se estar à vontade. **8. Dra. Iraí Teixeira (Convidada)** saudou os presentes, com uma boa tarde a todos e agradeceu a oportunidade de fala nesse espaço. Segundo ela, veio para contribuir e muito mais do que isso se colocar à disposição para efetuar essa construção da política estadual. Mencionou que poderia contribuir nessa parte de capacitação e talvez um pouco com a experiência. Ela relatou como Universidade de São Carlos em São Paulo, e que em São Carlos eles não chegaram a implementar uma saúde municipal da população negra, mas participaram de um processo de política mais longo, uma relação à igualdade ao qual está voltado as práticas populares de saúde. Ela vem em nome do estado de São Paulo parabenizar essa política, que Minas Gerais já se encontra em um processo bem avançado na elaboração de uma política estadual. Ela veio trazendo sugestões que poderão ser colocadas em prática, após a elaboração dessa política. Escrever um Plano Imperativo, pois essa política necessita desse Plano Imperativo, estratégia de operacionalização, plano financeiro e as metas para que ela possa acontecer na prática. Disse que vem com muito respeito para ouvir, dialogar e que o importante é ter as comissões e os comitês organizados e conforme as falas anteriores demonstra que isso já se encontra em andamento. Disse que gostaria de colocar a fala dela para o debate, perguntando os presentes o que eles preferem como acham que melhor funciona. Expressou que acredita que se está em um rumo certo, pois para a implementação de uma política, deve-se

trazer aspectos importantes como saúde e educação, e que na observação que ela está realizando, está sendo focado os aspectos saúde e educação. Trazer agentes de saúde, agentes de endemias do SUS para atuarem na área de Educação Popular e Saúde. Efetuar uma formação, uma capacitação para os profissionais da saúde. Porque sua percepção em relação a colocar as políticas de saúde em ação é a falta de capacitação dos profissionais da saúde. Segundo a Dra. Iraí Teixeira deve-se formar grupo de trabalho para que essa política saia do papel, não sabendo ela se era essas expectativas que os presentes tinham em relação à contribuição dela. Segundo ela, recebeu o convite para participação porque ela possui bom apreço pela temática. Ela veio para se colocar à disposição e estará até o final da reunião para poder dialogar. **9. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** agradeceu pela contribuição da Dra. Iraí Teixeira. **10. Adjanir Silva (MUNDI)** pediu para efetuar uma pergunta a Dra. Iraí Teixeira, referente à saúde integral da população negra, sobre a visão dela referente à como ela vê o poder público cuidando da questão da saúde negra. **11. Dra. Iraí Teixeira (Convidada)** falou que pensa e qual o caminho seria. Existem dois eixos importantes para trabalhar a capacitação dos profissionais da saúde para atender a população negra. Um muito forte para observar a política psicossocial. Por que as comorbidades, a mortalidade na população negra tem sofrido mais com o vírus do Covid19, por que a população negra tem morrido mais pelo Covid-19. Segundo ela, existe falta dos profissionais da saúde. Esses profissionais vão a campo sem uma boa experiência nos currículos. É necessária uma formação para uma melhor diversidade em relação da saúde para compreender a falta de acesso, falta de atendimento, ao despertar de uma parcela da população leva uma consciência crítica de questões econômicas de acesso a casa, as condições de moradia, questões de saneamento básico. Todo esse tipo de acesso, apresentando tema por tema é essencial. Ao se falar em saúde integral, devem-se apresentar os conceitos de saúde integral, ela vai olhar todo o contexto que envolve a população. Em outro eixo importante tem que se ver a questão biológica, tendo-se pouco conhecimento das doenças que acometem a população negra por falta de investimentos e estudos clínicos, científicos. Por causa de que? Falta de interesse! Segundo a Dra. Iraí Teixeira, existe muitos tipos de doenças desconhecidas na população negra. Para ela, ao conversar com a gestão pública sobre essas doenças, passa-se a ver melhor as prevalências estatísticas e através de pesquisas irá mostrar essas incidências estatísticas. Provar para a gestão pública que efetuando investimentos nesse setor poderá sair economizando, dizendo vamos investir nessas comunidades, pois esse público poderá evitar a ocupar leito em hospitais, e leitos são caros. Segundo a Dra. Iraí Teixeira havendo essa mobilização demonstrando que a população necessita de qualidade de vida, para prevenir possíveis problemas de saúde. A Dra. Iraí Teixeira falou que estaria fechando seu microfone para poder escutar mais, os presentes. **12. Adjanir Silva (MUNDI)** falou a Dra. Iraí Teixeira que no desenvolvimento do tempo, houve uma fala que os negros em relação à saúde eram mais resistentes, visto por ele que isso era um mito. **13. Dra. Iraí Teixeira (Convidada)** confirma que em suas pesquisas pode observar esse mito de que o negro é mais resistente. Mais resistente à dor. Por que foram levados ao limite desde o período colonial. Ela disse que ouviu relatos de falta de analgesia em trabalhos de parto. A Dra. Iraí Teixeira diz acreditar em forma de trabalhos de sensibilização em relação às mulheres negras. Ela já assistiu trabalhos de parto de mulheres negras e mulheres não negras, pela qual a própria equipe de saúde pressupunha que a mulher negra era mais resistente e não necessitaria de analgesia. Ela fala que a gestão pública deve-se capacitar esses profissionais da saúde para que eles mudem mentalidades retrogradadas. **14. Rafael Vicente (CENARAB)** saudou a todos com uma boa tarde, dirigindo-se a Dra. Iraí Teixeira para fazer alusão a período em que esteve em gestões de Igualdade Racial e populações LGBT. Ele disse que a questão da saúde é uma questão de Estado e de Governo. A saúde é discutida em vários ângulos e formas. Rafael Vicente falou sobre a importância do pessoal da saúde, reforçando a fala da Dra. Iraí Teixeira, demonstrando os problemas de saúde, maiores na mulher negra. Falou também da importância da medicina e conhecimentos tradicionais, como nos povos indígenas que podem ser reconhecidos pelo SUS. Segundo o Rafael Vicente, os povos tradicionais são conhecedores dos chás, das folhas e das formas tradicionais de cuidar da saúde, e isso deve ser reconhecido pelo SUS. Segundo ele a saúde não pode passar somente do estudo técnico científico, mas de procedimentos tradicionais, também. Encerrou sua fala dizendo que aquela era sua contribuição e estava encantado com a fala da Dra. Iraí Teixeira. **15. Adjanir Silva (MUNDI)** cumprimentou o conselheiro Rafael Vicente e se afirmou como Umbandista. E que nos terreiros tem os chazinhos que acalma a saúde de todos, física e mental. Ele fala que a repressão que eles sofreram, trouxe um grande prejuízo pelo fato de estarmos em uma sociedade engessada. Ele cita um exemplo de uma cirurgia que fez de hérnia em um Hospital de Belo Horizonte, onde ele estava gritando de dor e o profissional da saúde dizendo que calma que já estava acabando. Ele faz uma analogia da castração de um

boi sem anestesia, onde ele estava sentindo dor e o cara rindo. Adjanir diz que passou da hora de se exigir um tratamento digno e mais humano para a população negra. Ele ainda lembra que os chazinhos da mamãe e da vovó eram a forma de tratar os problemas de saúde de muita gente. E que hoje em dia, se falar que está fazendo uso de chazinhos da vovó, é até um crime. Ele demonstra como a indústria da Farmácia tem o interesse em monopolizar os medicamentos. **16. Dra. Iraí Teixeira (Convidada)** voltou a falar, dizendo está muito bem acolhida nesse coletivo, fazendo dela as palavras do conselheiro Rafael Vicente, pelas práticas populares de saúde, pois no início ela não estava sabendo por onde iniciar, pois não sabia os pontos de visão do grupo. Mas que depois se situou melhor, no diálogo de poder pensar essa saúde da população negra nos municípios. A Dra. Iraí Teixeira diz que só de estarmos aqui reunidos, já é um trabalho de resistência e a deixa feliz. Ela cita sua pauta em outro evento na segunda-feira, onde ela falou sobre as medicinas tradicionais dentro do SUS. **17. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** direcionou a Dra. Iraí Teixeira temas como a Biologia, a racialização da Biologia, O Racismo Estrutural. A racialização da Biologia como justificativa de que pessoa negra aguenta mais coisa, sente menos dor, que é mais forte e que não condiz com a verdade científica. Ele pergunta a ela qual metodologia em educação para aproximar esses profissionais da saúde que atuam há muito tempo com essa racialização da Biologia, que já vivem há muito tempo esse racismo estrutural e como elaborar um Plano Estadual, onde existe uma diversidade estrutural da população negra. Segundo o Uéverson, em Minas Gerais temos uma população negra que vive nos espaços urbanos e a população negra que vive no espaço rural. E que essa população negra que vive no espaço rural, tem uma maior dificuldade em adentrar os espaços de saúde, que trazem aspectos de racismo institucional. Como pensar um Plano que abarque toda a diversidade da população negra nas comunidades tradicionais, garantindo de fato a universalização da saúde. **18. Dra. Iraí Teixeira (Convidada)** diz que devemos inicialmente pensar a situação sobre o racismo estrutural, mostrando as teorias, trazendo para o cotidiano, sensibilizando. Segundo a Dra. Iraí Teixeira, não adianta colocar um slide para uma pessoa que está encharcada de racismo estrutural que não vai adiantar, ela utiliza muito a palavra sensibilizar. Tem que gerar uma empatia, pois é muito difícil romper com o racismo estrutural. Sem que a pessoa se coloque no lugar do outro é muito difícil, leva-se um tempo é processual, pois para ela, é histórico, está na base, às pessoas não formaram sua percepção do racismo da noite para o dia. Dentro do público da população negra em relação à saúde, deverá olhar os diferentes contextos. A Dra. Iraí Teixeira pensa que, a população negra deverá ser pensada, trabalhada e melhor acompanhada pelos municípios, pois para fazer um bom trabalho deve-se ser uma coisa mais local. E em questão biológica, a Dra. Iraí Teixeira faz uma menção estatística em relação a tipos de hemácias e genética que pode ter mais incidências de determinadas doenças. **19. Adjanir Silva (MUNDI)** pergunta a Dra. Iraí Teixeira sobre a questão de como ela vê a questão de privilégios dos brancos. **20. Dra. Iraí Teixeira (Convidada)** fala que fica assustada de como existem grupos que não estão abertos ao diálogo. E que devemos procurar grupos que estão abertos ao diálogo. E vê pessoas que dá para fazer uma indicação de um livro, de um vídeo e dizer, olha o que esse teórico pensa a respeito da pessoa negra. E existem pessoas que ainda estão do lado do ódio, da intolerância e com essas pessoas não dá para se manter um diálogo. Foi perguntado se mais alguém gostaria de trazer alguma contribuição. **21. Petrina Avelar (Participante)** manifestou dizendo que esse fato colocado pela Dra. Iraí Teixeira traz um parecer muito real. Alguns aceitam efetuar uma leitura do assunto. Não existe uma receita pronta. Tem visto muito na Universidade que o ato é sensibilizar. É estar na luta, sempre, reivindicando do poder público. Temos que incomodar, pois a população negra está no lado mais fraco da corda. E se há impacto na gente por parte do governo devemos reivindicar nossos direitos. **22. Adjanir Silva (MUNDI)** pergunta quem é da saúde, se o Estado está capacitando o pessoal. **23. Rosa Maria (SES)** respondeu ao Adjanir que a saúde do Governo do Estado de Minas Gerais possui um comitê da população negra e vários segmentos da população negra, parceiros como a UFMG, a Defensoria Pública. E na Coordenadoria, além de estar trabalhando com a política, tem-se trabalhado em parceria conjunta com outras coordenadorias da saúde, trabalhando estatísticas como saúde da mulher negra e a mortalidade da mulher negra. A Rosa também reforça a afirmação da Dra. Iraí Teixeira, referente aos trabalhos da saúde da população negra, nos municípios. A Rosa, falou que tem trabalhado as temáticas, junto às regionais da Saúde, no Estado. A Rosa fala sobre o espaço de denúncia que é a Ouvidoria da Saúde. Se não é feito a denúncia, o problema não chega para a coordenadoria delas. Se não chega a denúncia para o Estado, não tem como trabalhar. A Rosa efetuou um destaque que, populações antes que não eram reconhecidas pelos municípios, agora são. A Rosa falou para Adjanir que por motivo da pandemia, a SES não está realizando curso presencial. Estão efetuando capacitações pelo canal da UFMG. A Rosa destacou que estava

conjuntamente pensando em realizar um curso da saúde da população negra, com a Carla Paiva, que se encontra presente na reunião. E agora irá retornar com essa perspectiva de trabalho com a Érika Martins da CEPÍR, onde já possui ementa e será realizado na Escola de Saúde Pública em parceria com a Escola de Direitos Humanos. **24. Adjanir Silva (MUNDI)** coloca para a Rosa que, quando eles chegam em ambientes de saúde, não vêm cartazes informando sobre Ouvidoria. **25. Fábio César (SEJUSP)** efetuou uma pergunta semelhante ao Adjanir em relação às Ouvidorias do Governo do Estado de Minas Gerais, se elas fazem parte da Ouvidoria Geral do Estado ou se são ouvidorias internas da Secretaria de Estado de Saúde, complementando a pergunta do Adjanir. **26. Rosa Maria (SES)** respondeu que a ouvidoria que mencionou é a ouvidoria do Estado e que tem uma parte dela que é da Saúde e que ela não sabe quem é a responsável hoje lá, mas pode até estar olhando e que realmente dentro das unidades de saúde não tem cartazes falando da ouvidoria e que é uma coisa que ela acha que falta. E que no Estado ela não vê cartazes falando das doenças da população negra, e que nem na política nacional ela vê esses cartazes, e que a temática LGBT existe muito mais enfoque dessas propagandas do que da população negra. **27. Fábio César (SEJUSP)** falou sobre o papel desses canais de disque denúncias, pois existem pessoas que vão às Delegacias de Polícia e registram Boletins de Ocorrência Policial. O Fábio citou o caso de Racismo por parte de órgãos institucionais e agentes públicos do Governo, como o caso de Racismo sofrido por uma modelo em Bom Jesus do Amparo, onde o Delegado de Polícia qualificou o crime como Injúria Racial, um fato que seria tipificado como Racismo. Ele questiona se haverá nesses casos uma tratativa adequada, nesses procedimentos. E que às vezes a pessoa passa por determinadas situações e não sabe o que fazer. E se o procedimento não for corrigido, pode se tornar uma prática regular. Diz que é um motivo relevante para o Grupo de Trabalho que ele e o Clever fazem parte. Devem olhar com atenção as tratativas da área da saúde. **28. Adjanir Silva (MUNDI)** perguntou a Rosa se existe uma previsão desse curso de capacitação em que ela falou referente ao racismo e práticas de racismo por servidores do Governo de Minas Gerais da área de saúde. **29. Rosa Maria (SES)** respondeu ao Adjanir não possuir uma data para passar para ele da realização desse curso. **30. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** pediu a Rosa para passar para o conselho a relação de cursos que serão ministrados posteriormente a população negra e outras temáticas. **31. Rosa Maria (SES)** respondeu que estão aproveitando muito as datas comemorativas para realização de eventos. Em momento oportuno falará para o Uéverson. **32. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** agradeceu a Rosa. Perguntou se alguém teria mais algum questionamento a fazer a Dra. Iraí Teixeira ou a Rosa Maria, ou se poderia dar andamento a pauta. O Uéverson agradeceu a presença da Dra. Iraí Teixeira, pela parceria deixando para o Pleno a questão da saúde no GT, podendo acionar a Dra. Iraí Teixeira para fazer as considerações dela. O Uéverson perguntou ao Adjanir se poderia entrar na próxima pauta. O Adjanir responde que sim. Segunda pauta - Diagnóstico do Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: **1. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** inicia o debate sobre o Diagnóstico que avalia as ações de PIR no estado de Minas Gerais, uma vez que, parte da Mesa Diretora não estava disponível para prosseguir com a apresentação. Resgata no ano de 2020, o CONEPIR aprovou um comunicado a toda estrutura governamental do estado de Minas Gerais para avaliar as questões sobre a possível elaboração do PLANEPIR. Acrescenta que como a época o Regimento interno não abarcava as questões do PLANEPIR sendo um impeditivo para dar continuidade com os questionamentos. Após a aprovação de alteração do Regimento interno, Deliberação nº01/2021 do Conselho no mês de abril, o CONEPIR passou a ter ações em relação ao PLANEPIR. Nesse sentido a Mesa Diretora segue com diálogo com a Fundação João Pinheiro quando acessou as respostas e construíram o diagnóstico que será apresentado a seguir. Informa que o diagnóstico ficou pequeno devido às informações apresentadas. Para elaborar o diagnóstico foi apresentado o questionamento, a estrutura governamental sobre quais as ações de fato que o Governo do Estado de Minas Gerais tem efetuado em prol da Promoção da Igualdade Racial. Foi utilizada uma metodologia de análise de documentos, ou seja, metodologia de análise documental. Foi enviado um ofício para toda a estrutura Governamental. Essa estrutura Governamental está entendida aquela que está prevista dentro do Governo de Minas Gerais, em doze categorias, com cento e quatro Órgãos e entidades que compõe a estrutura. Desses cento e quatro Órgãos, apenas quarenta e cinco atenderam as demandas do Conselho e que produziram uma resposta. A fundamentação do diagnóstico baseia-se na legislação que instaura o Conselho, no regimento interno que cita o PLANEPIR. O Diagnóstico apresenta o conceito do que vem a ser um PLANEPIR e nesse sentido aciona a CEPÍR, uma que desde 2009 havia tido tentativas de construir o plano a partir de diversas conferências, chegando ao resultado de 8 eixos: Eixo 1 – Trabalho e Desenvolvimento Econômico; EIXO 2 – Educação e Diversidade; EIXO 3 – Cultura, Diversidade e Comunicação; EIXO 4 – Acesso à Terra e à Moradia Digna; EIXO 5 – Segurança

Pública e Acesso à Justiça; EIXO 6 – Saúde, Fortalecimento e Humanização do SUS; EIXO 7 – Fortalecimento de Órgãos de Promoção da Igualdade Racial, Políticas Públicas afirmativas e Enfrentamento ao Racismo Institucional; EIXO 8 – Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar. O Diagnóstico prevê dois recortes de ações de PIR, uma no âmbito da gestão de pessoas e outra no âmbito das políticas públicas. Explicou que no âmbito da gestão de pessoas percebeu ações de orientação, formação, capacitação com intuito de sensibilização com a temática junto do público interno, e ressaltou que a Defensoria Pública de Minas Gerais já conta com seleção de defensores por meio de cotas raciais em concursos. Já no âmbito das políticas públicas avalia as ações de cada órgão, secretaria e entidade da estrutura governamental que apresentam políticas públicas específicas com a temática de PIR, lembrou que dentro da análise, inclui-se os povos e comunidades tradicionais uma vez que apresenta transversalidade com o público do CONEPIR. Informou que apenas 30% da estrutura governamental respondeu a demanda apresentada pelo CONEPIR, dentre os 30% que responderam 47% possuem ações de PIR. Segundo o Uéverson esse procedimento se encontra em um processo no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), que foi de onde houve o disparo da solicitação aos órgãos da estrutura governamental, podendo, se alguém interessar, entrar e fazer alguma consulta ou contribuição. Por fim deixa ao pleno o debate e a condução, lembrando que já existe um histórico de desenvolvimento do Plano Estadual, conferências executadas e eixos desenvolvidos. Caberia necessariamente uma atualização e revisão do plano desenvolvido de forma conjunta com o CONEPIR e pontuado na SEDESE para executar de fato o Plano.

2. Fábio César (SEJUSP) questiona o status atual do PLANEPIR, se está para ser debatido, executado ou se seria a próxima etapa a partir do diagnóstico. **3. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** responde que seria a próxima etapa e relembra que em 2018 o plano estava pronto e que, inclusive, foi de lá que foram retirados os 8 EIXOS apresentados. Relembra que historicamente ocorreram as conferências, que já houve um trabalho da sociedade civil de discussão no desenvolvimento do Plano e que de fato o Plano não foi entregue. Ressalta que seria interessante, visto o tempo em que estamos vivendo, as mudanças nos comportamentos e na forma de pensar caberia ao menos uma revisão, principalmente, por parte do Conselho, para em seguida pensar na pactuação e execução dele dentro do governo. Lembrando que o Plano é uma ferramenta de governo e que o CONEPIR pode participar da construção dele.

4. Fábio César (SEJUSP) solicita que o diagnóstico seja enviado aos conselheiros (as) para estudos prévios, e questiona se para fazer a revisão seria necessário fazer outra conferência. **5. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** responde que o ideal seria outra conferência, mas que entende que o CONEPIR tem em sua formação a participação da sociedade civil e que o próprio CONEPIR conseguiria fazer esta revisão. Reforça que o Plano é um instrumento pensado por meio do diálogo e da participação social juntamente da sociedade civil com apresentação das demandas da sociedade civil que são pactuadas com o governo para execução. Sendo assim, o Conselho, por meio da sociedade civil pode atuar na revisão e até mesmo criar um Grupo de Trabalho composto por convidados, outros atores e atrizes da sociedade civil para fazerem a revisão. **6. Fábio César (SEJUSP)** apresenta a dúvida de que o Plano será por meio de Lei ou Decreto, e acredita que seja por meio de decreto devido a Lei apresentar de forma mais abstrata. Questiona se tem alguma iniciativa parecida dentro do Estado ou em outros conselhos. **7. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** responde que em 2018 foi desenvolvido o Plano Decenal de Políticas para as Mulheres em que atuou como pesquisador, que foi discutido com a sociedade civil e pactuado com o governador por meio de decreto. **8. Arthur Duarte (SEDESE/SUBESP)** informa que no âmbito do Plano Estadual de Cultura foi aprovado por Lei. Concorda com o conselheiro Fábio de que o Plano por Lei tem uma maleabilidade mais complicada do que se fosse por decreto. **9. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** acrescenta que pensar o Plano deve se atentar a partir do orçamento onde deve se destacar no orçamento cada política voltada para a promoção da igualdade racial, e que a equipe da CEPPIR está analisando o PPAG sobre ações voltadas para promoção da igualdade racial mais avançada para incluir no diagnóstico. **10. Fábio César (SEJUSP)** questiona se tem a data de revisão do PPAG. **11. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** responde que não tem essa informação, mas acredita que deve ocorrer em novembro de 2021. **12. Fábio César (SEJUSP)** Explica que para executar o plano é necessário orçamento. **13. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** incrementa que é importante o CONEPIR agir sobre o Plano, uma vez que, já existe um histórico de desenvolvimento, com os eixos delineados e como o Conselho está ativo com participação da sociedade civil avaliando se caberia uma revisão e se caberia incluir novos atores e atrizes da sociedade civil. E que as etapas seriam promover a ação de revisão, entregar a SEDESE para que se faça a pactuação e por fim, a entrega ao Governador para execução por via de decreto ou lei. **14. Fábio César (SEJUSP)** coloca que pensar na estrutura orçamentária, é o Estado que informa à estrutura legislativa e o

seu planejamento nos próximos anos. Então, não pode se esperar da assembleia orçamento para execução do Plano. Gostaria de saber se houve indicação de orçamento do governo para execução deste Plano. **14. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** informa que não, por que o plano está parado desde 2018. **15. Fábio César (SEJUSP)** sugere o CONEPIR fazer uma recomendação para que o Estado indique orçamento para execução do Plano uma vez que o orçamento do estado é bem apertado, por meio da SEDESE, e que o valor deve ser avaliado e justificado, e questiona se a CEPIR teria informações para subsidiar a execução do Plano. Ainda, levantou sobre a questão de construção de um Fundo Estadual de Promoção da Igualdade Racial. E que o Fundo seria para angariar recursos para ações de promoção da igualdade racial, que é algo muito parecido com o Fundo dos Direitos Difusos, tanto Federal quanto Estadual, exemplo de quando há uma multa por ter poluído um rio e prejudicou um direito coletivo e social, infere em pagamento de multa que são destinados aos fundos que financiam várias obras, geralmente, as maiores que o poder público realiza. Enfoca que este fundo só pode ser criado mediante Lei. E que o fundo seria interessante como a criação de multas para empresas que comente racismo – multas administrativas – que não estão no âmbito criminal/penal, devido ser uma legislação no âmbito federal em que o CONEPIR não tem governabilidade para isso. Que com a criação do Fundo caberia construir multas para empresas que cometem racismo ou outros crimes de intolerância e o valor arrecadado seria voltado para ações de promoção da igualdade racial. Expõe que acredita que já exista o Fundo Nacional e que fica ao pleno verificar a proposta e ressalta que a proposta é do Poder Executivo e sua aprovação é no âmbito da Assembleia. Não sabe dizer se este é o momento certo para o debate, uma vez que, o CONEPIR se encontra frente a muitas outras frentes de trabalho. Por fim, questiona ao conselheiro Clever Machado sobre o PLANEPIR, se há a possibilidade do Poder Executivo indicar no orçamento de 2022 as ações do PLANEPIR, uma vez que, há uma dificuldade de indicar os valores, e que se a CEPIR teria condições de indicar os valores ou se tem estudos para subsidiar este pedido. **16. Clever Machado (SEDESE/SUBDH)** responde que o Plano deve estar alinhado com as peças orçamentárias como Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), Lei orçamentária anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), caso não tenha alinhamento torna-se impossível de execução do Plano. O que deve ser trabalhado no período de pactuação seria conhecer o orçamento de cada Secretaria e onde é que pode ser alocado o recurso referente à pauta, ou seja, onde é que possa fazer o recorte étnico-racial, relacionado à política de igualdade racial. Outra informação, que o Plano de Igualdade Racial foi construído em 2011 pela Coordenação da Igualdade Racial à época, e foi aprovado pelo CONEPIR. Nota-se importância em registrar neste documento o contexto histórico do desenvolvimento, uma vez que, foi o próprio CONEPIR que aprovou em 2012. No entanto, pondera que houve um erro muito grande à época, pois não houve uma pactuação interna entre as Secretarias impactando na execução do plano. Informa a importância de juntar o diagnóstico no processo do Plano, iniciar a pactuação daquilo que foi construído em 2018, alinhando em consonância com diretrizes do atual governo e alinhados junto ao PMDI, PPAG, LOA e LDO. Após finalizar a pactuação o Plano torna-se um programa de governo do Estado. Retornando ao histórico do Fundo de Promoção da Igualdade Racial que era uma proposta do Deputado Paulo Paim que hoje ocupa a vaga de Senador, a qual apresentou a proposta do Estatuto da Igualdade Racial, incluía a previsão do Fundo. Porém, o debate não avançou em função da não delimitação de onde viria os recursos para fomentar o Fundo. Sendo assim, foi retirada do Estatuto a previsão do Fundo, e como alternativa apresenta as multas aplicadas em crimes raciais que são destinadas, ao Fundo Nacional dos Direitos Difusos. No caso de Minas Gerais, foi feito uma nota técnica pela Coordenadoria de Igualdade Racial apresentada à atual gestão indicando que altere a Lei que institui o Fundo Estadual dos Direitos Difusos e inclua no texto as multas aplicadas por crimes de racismo por parte de empresas, instituições que cometam crimes de racismo institucional e estrutural. Aplicar os recursos do Fundo em ações de promoção da igualdade racial, como campanhas, capacitações garantindo que o Fundo recolha as multas de crimes cometidos contra o coletivo. Lembra que quando foi feita a apresentação do Projeto de Lei para construir o Conselho de Igualdade Racial havia previsão do Fundo, porém, não houve defesa suficiente sobre a origem dos recursos para fomentar o Fundo, sendo assim a equipe técnica do governo, à época, retirou do PL antes de enviar a ALMG a citação do Fundo. Mas, na Lei deixa evidente que o CONEPIR é consultivo e deliberativo nas peças orçamentária como PMDI, LDO, LOA e PPAG. Então, o CONEPIR tem o poder de definir ações de Promoção da Igualdade Racial no orçamento do Estado. Ressalta que é muito pertinente avançar na situação do Fundo, uma vez que, existem municípios que criaram conselhos e fundos, exemplo os municípios de Divinópolis, Barbacena, Alfenas e alguns outros que iniciaram a formação de conselhos em 2003, o que abre precedente para apresentar

proposta para o Governo do Estado à criação do Fundo de PIR. Enfoca que outra questão que foi dialogada para ser incluída no Diagnóstico, foi à situação do orçamento. A equipe da CEPIR levantou o quantitativo no PMDI, na LOA, LDO e PPAG aparecem as palavras chaves com *indígenas, quilombolas, ciganos, racismo, enfretamento ao racismo*, que são questões importantes para o Diagnóstico. **17. Fábio César (SEJUSP)** questiona se o PMDI não tem o apontamento sobre as pautas de PIR. **18. Clever Machado (SEDESE/SUBDH)** responde que não, e que menciona apenas comunidades tradicionais e que não menciona ações de *Juventude Negra, Comunidade Quilombolas, Ciganos e Indígenas* – em separado – conforme está prescrito na Lei que institui o CONEPIR. **19. Fábio César (SEJUSP)** complementa que no PMDI do ano passado que foi retirada a ação específica de PIR para uma ação mais ampla que trata apenas no âmbito dos Direitos Humanos. Indaga que é necessário fazer um estudo mais aprofundado e que se o PMDI apresenta a temática de forma mais generalista torna-se possível o PPAG trazer de volta a ação que já existiu. Tem como preocupação a perda de prazo, uma vez que, a discussão do PPAG inicia, geralmente, em agosto – com variações – e se fizer um trabalho prévio, teria que iniciar por agora. Pois se chegar ao período da discussão do PPAG pode haver entraves, então deve se fazer diagnóstico, levantamentos, estudos de viabilidade, impacto. Prossegue com a dúvida de que se a CEPIR já teria esse estudo ou se partiria do zero e começaria por agora. Se iniciar por agora instituiria um GT ou atuaria pela Câmara específica do CONEPIR que atua com orçamento. Acrescenta com outra indagação de que existe a CEPIR da SEDESE e que a mesma teria esse levantamento para apresentar o estudo no momento da revisão do PPAG. Sobre o Fundo, aponta como difícil para o município ter uma vez que os recursos podem ser muito baixos e que seria interessante centralizar os recursos em um único Fundo. A partir deste ponto adquiriria um quantitativo mínimo para executar ações de maior impacto. E que de certa forma, os municípios se beneficiariam desses recursos de forma indireta pelo Fundo do CONEPIR, por ser um conselho no âmbito estadual. Esta ação serve de argumento para instituir o Fundo e juntar maiores recursos para desenvolver as atividades junto de todos os municípios de forma mais estrutural, inclusive fazer ações com todos os conselhos municipais. **20. Clever Machado (SEDESE/SUBDH)** Responde que o único trabalho que foi feito se deu em 2019 onde apresentou a planilha das emendas e aperfeiçoou no ano de 2020. Afirma ser um ponto que pode ser utilizado como referência apesar de não ter um estudo aprofundado com relação à questão orçamentária. No ano de 2019 e 2020 foram discutidos sobre a necessidade, porém não houve avanço. Ressaltou que a discussão não pode ficar apenas na SEDESE e que a política de PIR envolve todas as Secretarias, como exemplo, a temática de Saúde Integral da População Negra que se faz necessário recurso orçamentário e financeiro cabendo alocar um aporte de recurso maior. Não encontrou nenhuma execução no âmbito da SES. Outra questão, em relação aos Fundos Municipais, ressalta que não houve sucesso devido os conselheiros não saberem aproveitar os recursos, pois é necessário construir planos de ação e aplicação, e que não foram feitos pelos conselhos. Pondera que no momento de desenvolver as peças orçamentárias deve se utilizar os planos de ação primeiro, em seguida os planos de aplicação, e que não ocorreu com os municípios. Ou seja, muitos recursos que os executivos dos municípios inseriram nos Fundos ficaram sem utilização. Reforça que o CONEPIR deve pensar em Fundo e no orçamento, e que o orçamento está atrelado às ações de todas as Secretarias e órgãos de governo. Sendo assim, ao elaborar o PLANEPIR é de suma importância a pactuação contendo metas físicas, metas orçamentárias, responsabilização e prazos para evitar que fique apenas como um plano de intenção. Acrescenta que é necessário, a partir da aprovação do diagnóstico, os conselheiros governamentais atuarem junto de suas respectivas secretarias para promover a pactuação no governo. Comenta que há criação de GT's, porém não há uma adesão de participação, e que em relação ao PLANEPIR deve ser incluído dentro da Câmara de Orçamento. **21. Fábio César (SEJUSP)** pergunta se podem transferir essas questões para a Câmara específica de Orçamento do CONEPIR. **22. Clever Machado (SEDESE/SUBDH)** Responde que sim. **23. Fábio César (SEJUSP)** coloca que a SEPLAG que tem cadeira no CONEPIR pode dar suporte para atuar na questão do desenvolvimento de suporte. **24. Uéverson Melato (Secretário Executivo)** informa que a própria Câmara pode buscar suporte a Secretaria de apoio técnico, e que a Câmara faz parte da estrutura permanente do CONEPIR e o GT tem prazo de validade. **25. Fábio César (SEJUSP)** entende que não há necessidade de criar mais um GT uma vez que existe uma Câmara que atua nessa temática, e reforça sua preocupação em relação com o tempo, devido à análise ser demorada e complexa, como exemplo a revisão do PMDI que é diferente do PPAG que é revisado anualmente, e se coloca à disposição da Câmara com possíveis apoios. **26. Clever Machado (SEDESE/SUBDH)** expõe que poderia apresentar algo que seja possível atualmente, como a elaboração de um decreto. Sugere ainda que elabora o Plano por meio de Decreto e em paralelo envia à ALMG um projeto de Lei que

contemplaria as audiências e a ALMG. Sugere que o trabalho seja iniciado na Câmara de Orçamento, fazer uma proposta com base no que já tem desenvolvido na CEPPIR, articular com os conselheiros governamentais contando com o conhecimento de cada área e secretarias para que seja pactuado com todos, reforça que o trabalho deve ser feito internamente e em seguida encaminhar para as áreas de trabalho, para construir vinculação e pactuação.

27. Fábio César (SEJUSP) informa que o Estado já iniciou o trabalho de definir o orçamento para o ano de 2022, e que tem receio de iniciar pelo plano e o prazo de revisão do orçamento espirar. Cita de exemplo às ações para o ano de 2022 do GT de Denúncia de Racismo que prevê produção gráfica para distribuir na sociedade e que depende de indicação orçamentária do Executivo, e que o ideal seria fechar o Plano, enviar como proposta de Decreto e solicita orçamento. Mas, a proposta de revisão se inicia anterior para que seja enviado tardio. Sugere utilizar a janela de oportunidade que está aberta pela revisão, adequando a ação geral de Direitos Humanos vinculados à SEDESE para garantir recurso no ano de 2022, para em seguida pensar o Plano, PMDI, PPAG, estudos técnicos específicos, numa perspectiva de viabilidade. E isso reforça a questão se a CEPPIR teria capacidade para fazer o estudo sobre o orçamento.

28. Clever Machado (SEDESE/SUBDH) expõe que o orçamento pode ser feito por meio da revisão resgatando o histórico de ações revistas e enviar para as áreas, e em paralelo desenvolver o PLANEPIR. Citou de exemplo a publicação do plano de ação do Conselho da Criança e do Adolescente e sugeriu que fizessem da mesma forma o CONEPIR, com apontamentos dos caminhos a serem percorridos pelo governo. Então, o CONEPIR pode fazer os planos de ação e aplicação e enviar para a revisão do orçamento, com cópia para cada Secretaria solicitando a inclusão da pauta de PIR no orçamento, e reforça que toda Secretaria tem suas ações de PIR para garantir o desenvolvimento das populações público do CONEPIR, e propõe uma reunião da câmara de orçamento, para difundir um cronograma de reuniões para desenvolver as ações e apresentar o Plano, e que esteja pactuado internamente.

29. Uéverson Melato (Secretário Executivo) informa que a Fundação João Pinheiro pode ser acionada como apoio técnico no desenvolvimento das ações.

30. Fábio César (SEJUSP) pontua que o orçamento é definido no ano anterior ao ano de execução, ou seja, o Executivo já iniciou o planejamento a ser indicado na proposta e que não é versão final, mas é o que baseia a ser levado na ALMG. Após o fechamento da proposta o Executivo envia à ALMG para que seja aprovado até o final do ano. Sugere então, consultar aos órgãos sobre o calendário de revisão e acionar a SEPLAG e a ALMG.

31. Adjanir Silva (MUNDI) sugere unir vários atores junto da Câmara de Orçamento para fazer uma frente em relação à revisão do orçamento.

V. Informes: **(1)** prorrogação dos mandatos da sociedade civil em tempo, por mais de um ano, até sair o processo eleitoral. **(2)** a comissão eleitoral foi aprovada pelo CONEPIR e está pendente de publicação. **(3)** para acontecer à eleição de fato, está pendente a liberação de um sistema de eleição virtual pela SEDESE que ainda não foi apresentado prazo de finalização. **(4)** o GT da Lei Aldir Blanc já iniciou as reuniões com a SECULT e outros desdobramentos com a Defensoria Pública. **(5)** o GT de Denúncias de Racismo já fez o primeiro encontro e está em construção de uma agenda com Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo para uma consulta sobre o sistema de denúncias de racismo via ouvidoria.

VI. Encaminhamentos: **(1)** Acionar a Câmara de Orçamento sobre revisão do Orçamento 2020. **(2)** inclusão da temática da Saúde Integral da População Negra no GT de Denúncias de Racismo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência procede ao seu encerramento, às 16h59min. Atestam ata do dia 30 de junho de 2021 e a veracidade de seu conteúdo. **Relator:** Cleber Leonardo de Souza***.



Documento assinado eletronicamente por **Valdinalva Barbosa Dos Santos Caldas, Usuário Externo**, em 11/08/2021, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diane Darc de Sousa, Usuário Externo**, em 11/08/2021, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Alves de Oliveira, Servidora**, em 11/08/2021, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elzelina Doris dos Santos, Servidor (a) Público (a)**, em 11/08/2021, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Cesar Araujo Costa, Servidor**, em 11/08/2021, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAIME EDUARDO COHEN ARONIS, Usuário Externo**, em 11/08/2021, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Pinheiro Campos, Servidor(a) Público(a)**, em 12/08/2021, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lúcia de Fátima Bento, Usuário Externo**, em 12/08/2021, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Vicente Corrêa Lucas, Usuário Externo**, em 13/08/2021, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE APARECIDA DO NASCIMENTO, Usuário Externo**, em 14/08/2021, às 23:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Henrique Soares Sales Duarte, Servidor(a) Público(a)**, em 17/08/2021, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Clever Alves Machado, Coordenador(a)**, em 17/08/2021, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com



fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adjanir Silva, Usuário Externo**, em 18/08/2021, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Audenor batista santos dos, Usuário Externo**, em 23/08/2021, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosa Maria dos Santos, Servidor (a) Público (a)**, em 23/08/2021, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **33579914** e o código CRC **C6F8565B**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001642/2021-68

SEI nº 33579914